



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

Em defesa dos interesses dos médicos, da carreira médica e do SNS

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) na sequência das decisões tomadas pelo seu Conselho Nacional, do diálogo desenvolvido com as restantes organizações médicas e da ausência de quaisquer resultados da reunião efectuada com a equipa ministerial a 6/6/2014, tomou a decisão de desencadear o processo reivindicativo que irá conduzir à realização de uma greve nacional dos médicos.

As questões fundamentais que determinam a convocação da greve são as seguintes:

- 1- No último ano tem-se assistido a uma nova ofensiva anti-médico e anti-SNS por parte desta equipa ministerial, criando uma situação que globalmente assume uma gravidade ainda maior do que aquela que determinou a realização da maior greve médica há 2 anos atrás.

Esta ofensiva assenta nos seguintes factos concretos:

- a) Publicação de uma portaria sobre uma suposta categorização dos serviços e estabelecimentos hospitalares que estabelece a eliminação de serviços e de especialidades hospitalares, o encerramento de 27 maternidades e de vários hospitais.
- b) Elaboração de um projecto disfarçado de condutas éticas que visa amordaçar as denúncias de todos os profissionais de saúde e aplicar-lhes processos disciplinares e criminais.
- c) Paralisação integral da actividade da Comissões Paritárias dos ACT.
- d) Paralisação integral da Comissão Tripartida, a quem estão atribuídas legalmente funções de acompanhamento da aplicação do acordo.

- e) Boicote sucessivo aos calendários e cronogramas da avaliação do desempenho, acompanhado de uma campanha de múltiplos órgãos de gestão de estabelecimentos de saúde que afirmam que esta avaliação existe por pressão das organizações sindicais.
A desonestidade política dessa campanha atinge níveis degradantes quando todos sabemos que essa avaliação é uma imposição da legislação geral da Administração Pública e que tem como único objectivo possibilitar a progressão nas posições remuneratórias em cada categoria.
- f) Bloqueio organizado na quase totalidade dos hospitais à negociação dos respectivos regulamentos internos no que se refere à organização do trabalho médico.
- g) Ilegalidades em múltiplos Centros de Saúde impondo o aumento das listas de utentes aos médicos que não aderiram ao novo regime de trabalho das 40h.
- h) Ilegalidades nos recentes concursos de progressão na carreira médica ao tentarem impor o horário das 40 horas a quem não solicitou a respectiva adesão.
- i) Arbitrariedades e ilegalidades na aplicação da legislação laboral relativa aos regimes de folgas e descansos compensatórios e às formulas de pagamento das horas extraordinárias.
- j) Ilegalidades na abertura do procedimento de recrutamentos de médicos de família, criando atrasos inadmissíveis na colocação dos recém especialistas em medicina geral e familiar.
- l) Não realização do concurso aberto para os jovens especialistas até Maio de 2014, conforme compromisso assumido com as organizações sindicais médicas na reunião da Comissão Tripartida de 4 de Abril de 2014.
- m) Aplicação ilegal a cerca de 300 médicos nos Centros de Saúde, com a categoria de clínicos gerais, do regime das 40 horas, sem qualquer acréscimo salarial e em clara violação do seu estatuto laboral adquirido por via do DL nº 73/90.
- n) Implementação de programas informáticos (exº PEM) que têm tornado o trabalho médico num caos infernal.
- o) Indicadores absurdos através de uma contratualização imposta a nível dos ACES, UCSP e das USF.

- p) Perseguições a dirigentes sindicais e despedimento de uma dirigente sindical da FNAM no Hospital de Leiria que se mantiveram impunes apesar de insistentes denúncias públicas e de solicitações de intervenção do ministro, que desde há largos meses até hoje não quis dar qualquer resposta objectiva como se comprometeu.
- q) Impedimentos diversos à criação de novas USF modelo A e criação de sucessivos obstáculos à passagem ao modelo B.
- r) Encomenda, a um grupo de trabalho, de um relatório sobre integração dos cuidados de saúde que visa a destruição da medicina geral e familiar e dos próprios Cuidados de Saúde Primários, além de assumir proporções escandalosas ao propor a criação de mais 7500 lugares para as clientelas partidárias ao abrigo de supostos “gestores dos doentes crónicos”.
Outro aspecto que não pode ser escamoteado é que nesse grupo de trabalho existem elementos que são funcionários de grupos económicos privados com vultuosos negócios na área da saúde.
- s) Elaboração de um projecto de revisão do Internato Médico com claros objectivos de destruir a formação médica de qualidade e de criar um amplo universo de médicos indiferenciados sob o pretexto não demonstrado de fortes limitações na capacidade formativa dos serviços.
- t) Degradação progressiva da formação médica e ausência de qualquer política de investimento do Ministério da Saúde nesta área tão delicada.
- u) Publicação recente (23/5), sem qualquer negociação com as organizações médicas, de uma nova portaria que viola os conteúdos funcionais das especialidades de medicina geral e familiar, da medicina do trabalho e da saúde pública estabelecidos nos Acordos Colectivos de Trabalho.
- v) Boicote à contratação colectiva e ao próprio direito de negociação sindical com a publicação de portarias e despachos contendo matérias que exigiam essa negociação e que, por isso, deviam estar inseridos em decretos-lei e em clausulado dos acordos colectivos de trabalho.

2- Devido à acumulação sucessiva de graves problemas resultantes das ilegalidades cometidas pelas instancias ministeriais e pelas administrações por si nomeadas para os serviços públicos de saúde,

realizou-se a 30/4/2014 uma reunião das duas organizações sindicais médicas com o Ministro da Saúde, após múltiplas solicitações durante 5 meses.

Nessa reunião, o Ministro da Saúde não assumiu nenhum compromisso de solução dos diversos problemas suscitados, demonstrando qual a essência da sua postura política efectiva.

- 3- Entretanto, colocam-se graves problemas com projectos ministeriais que visam esvaziar as competências legais da Ordem dos Médicos a nível ético, deontológico, técnico e científico, de que a recusa ministerial em negociar um diploma do Acto Médico é o exemplo mais escandaloso. Sendo matérias de negociação que não cabem às organizações sindicais é forçoso sublinhar que têm delicadas implicações no desempenho, globalmente considerado, da profissão médica.
- 4- O Ministério da Saúde é o exclusivo responsável pela preocupante deterioração da situação actual, numa escalada de medidas que impõem uma imediata e enérgica resposta da generalidade dos médicos.
- 5- O Ministro da Saúde, confrontado com a agudização dos diversos problemas na reunião de 30/4/2014, não só não tomou qualquer medida de resolução como ainda tomou a iniciativa de publicar mais portarias e despachos à revelia da contratação colectiva e da negociação sindical. Na reunião efectuada no dia 6/6/2014, voltámos a ouvir as mesmas argumentações indefinidas, remetendo tudo para um futuro sem qualquer data. Mais uma vez, ali na reunião, não assumiu qualquer compromisso concreto e temporalmente definido. A emissão posterior de um comunicado do Ministério da Saúde a falar de violações de acordos por decidirmos avançar para a greve constitui um exemplo elucidativo e preocupante de desorientação e de cinismo político. Quem tem estado sistematicamente a violar as matérias constantes do acordo assinado há cerca de 2 anos tem sido o Ministro da Saúde e os seus nomeados nas várias instâncias ministeriais. Os factos são muitos e graves e facilmente demonstram esta situação perversa.
- 6- A política governamental de desmantelamento progressivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de negação do direito à saúde para um número crescente de cidadãos exige atitudes enérgicas e de firme oposição. Chegámos a um nível de deterioração global da situação neste delicado sector da vida nacional que não permite outras saídas senão na base conflitual, situação conflitual essa que procurámos evitar a todo o custo,

mas que a equipa ministerial tudo fez para tornar inevitável através de sucessivas medidas de provocação política.

As questões suscitadas e que determinam o actual conflito mostram que a resolução dos problemas que atingem os médicos está intimamente ligada à salvaguarda do direito à saúde da generalidade dos cidadãos.

E nesse sentido também dirigimos um apelo aos cidadãos para mostrarem a sua posição solidária com esta luta, tal como aconteceu há 2 anos com a anterior greve nacional dos médicos.

Porto, 9/ 6/ 2014

A Comissão Executiva da FNAM